



B0000356

AL

INEP

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS



4º ENCONTRO REDUC

Pesquisa e Tomada de Decisão

Pesquisa científica
Ciências Sociais

Pedro Demo

.891
3p

Pesquisa e Tomada de Decisão

Pedro Demo

PESQUISA E TOMADA DE DECISÃO -

Casamento, Divorcio, Estupro -

Pedro Demo

Brasília, Junho de 1987, INEP/MEC

Na expectativa normal, pesquisa e tomada de decisão seriam parceiros do mesmo casamento, já que não se poderia mudar o que não se conhece, nem decidir com discernimento e racionalidade sem conhecimento prévio das circunstâncias.

Na expectativa real, no entanto, pode predominar o divorcio, quando o decisor age por conveniência política ou mesmo ignora qualquer base científica, achando que seu faro prático a substitui. Certamente se pode afirmar que há uma desproporção considerável entre o montante de conhecimento gerado pela pesquisa e a mudança acionada pela tomada decorrente de decisão. Conhecemos mais do que mudamos.

Mas há ainda a relação violenta entre pesquisa e tomada de decisão, quando esta se faz ostensivamente à revelia, ou usa a outra em sentido abusivo, ou a reduz a mera encomenda, para fins de justificação ideológica.

Todavia, a relação pode ser inversa também, no sentido de a pesquisa estabelecer relações conflituosas para com a tomada de decisão, em que pese estarmos habituados a ver as coisas sempre na outra direção. O pesquisador pode violentar o decisor, quando também o despreza ostensivamente, permanecendo na investigação irrelevante, ou apenas se utilizando dele, ou realizando uma crítica sem qualquer vinculação com a prática.

Neste trabalho, buscamos discutir preliminarmente algumas condições do encontro/desencontro entre pesquisa e tomada de decisão, tentando não colocar a questão somente do lado do decisor, como se o pesquisador sempre fosse a vítima. Embora isto mais freqüentemente aconteça, é mister reconhecer que o pesquisador raramente é agente de mudança concreta. Neste contexto, cabe perguntar-se por condições do encaixe satisfatório entre pesquisa e tomada de decisão.

Por fim, conservamos como pano de fundo a defesa crítica da pesquisa, ainda muito pouco desenvolvida e muitas vezes relegada na montagem das políticas sociais (1).

I. Ciências Sociais e Intervenção na Realidade

Quando falamos de tomada de decisão, estamos habituados a colocar nela uma expectativa positiva, no sentido da mudança desejada das circunstâncias em questão. Assim, quando ligamos ciências sociais e intervenção na realidade, estamos insinuando, de modo geral, uma intervenção na linha da redução dos problemas sociais

- (1) - Este trabalho reflete, entre outras coisas, a experiência de mais de um ano na direção geral do INEP/MEC, onde se percebe com ostensiva clareza o lugar secundário e mesmo residual que a pesquisa tem para a condução das políticas governamentais. Primeiro, o orçamento anual é verdadeiramente ridículo: foi de mais ou menos Cz\$ 15 milhões para 1986, passando a Cz\$ 30 milhões para 1987; embora o aumento tenha sido de 100% reais, ainda é invisível. Segundo, é uma casa regida pelas normas típicas do antigo DASP, feitas precisamente para não funcionarem e para permitirem salários absolutamente incompatíveis com a atração de pessoas competentes. Terceiro, é forçoso reconhecer que grande parte das pesquisas financiadas, além de pequenas por causa da falta de recursos, são marcadas pela irrelevância e pela necessidade de solução de problemas individuais de pesquisadores. O que agrava ainda mais a pequenez da casa e sua pouca utilidade prática.

ou até mesmo de sua eliminação. Pareceria claro, pelo menos na ótica do senso comum (quase do bom senso), que estudamos a realidade movidos pela vontade de instalarmos condições desejáveis de vida. Quando a população observa a universidade, mesmo que não a entenda de modo correto, se faz a expectativa muito normal de que por lá os estudiosos se dedicam a resolver problemas, para o bem geral de todos.

Esta visão da relação entre ciências sociais e inter-venção na realidade é extremamente ingênua, porque passa ao largo de inúmeros problemas históricos e metodológicos, a começar pelo fato de que muita intervenção se constrói para não mudar. O aproveitamento maior que se faz dos resultados das ciências sociais não está na direção das mudanças sociais, sobretudo de estilo radical em favor das camadas populares desfavorecidas, mas na direção do aperfeiçoamento do controle social e da desmobilização popular. Assim, passa-se ao largo da relação estreita entre saber e poder (1).

Por outra, mesmo a postura absenteísta, de quem se imagina tão-somente estudar por estudar, ou de quem se acha neutro na abordagem, é uma prática também. Abster-se não é não existir; é precisamente uma forma de existir, por mais que possamos descrevê-la como inaceitável, de acordo com a postura ideológica. Porquanto, não ter posição, é uma posição.

Assim, decidir-se a não intervir é um modo de intervir, porque não é possível apagar a dimensão política da ação social. Quer dizer, não há saber que não transude pelo menos um pouco de poder, por mais que um não se reduza simplesmente ao outro. Neste sentido, se não vale supor ligeiramente que conhecimento se ligue de forma direta à intervenção na realidade e que

(1) - C R BRANDÃO (Org.) Pesquisa Participante ,Brasiliense, 1982. P.DEMO, Envestigación Participante - Mito y Realidad, Kapelusz, 1985. *Ia.* , Mentira Científica, INEP/MEC, Brasília, mime., 1987.

esta intervenção seja desejável aos olhos dos marginalizados, também não vale supor que o conhecimento sem prática não seja uma prática. Por estarmos habituados a pensar a prática como mudança em sentido transformador ou quase, não se pode imaginar que toda prática seja de conteúdo desejável. Assim, uma crítica puramente teórica por definição foge da prática, mas é nisto muito prática.

Colocando com clareza esta questão, podemos afirmar que nosso assunto aqui é indagar sobre a relação entre ciências sociais e sua capacidade de intervir na realidade na linha das mudanças sociais favoráveis aos desiguais.

Neste contexto, parece constatável que não é principalmente por falta de conhecimento que não se muda. Muitas vezes os problemas são de tal modo escancarados, que colocar a condição de conhecer mais seria escamoteá-los. Na verdade, conhecemos mais do que conseguimos mudar. Basta lembrar que a pobreza foi, nas últimas décadas, esquadrihada de todos os lados: sabemos quantos são os pobres, quem são, onde estão, o que querem, como se proliferam etc. Mas não diminuiu o problema, pelo menos em termos relativos. A capacidade de os controlar certamente se incrementou (1) .

Assim, não se pode afirmar, sem mais, que a transformação sempre dependa do conhecimento científico, até porque teria como consequência a aceitação de que o transformador ideal seria o cientista social. Ou o Presidente perfeito da República deveria ser um Doutor em Política. Muitas transformações sociais são movidas por pessoas simples, que são mais sábias que cientistas, e nem por isso deixam de possuir visão aguda da realidade, guiada pelo bom senso, que nenhuma ciência conseguiria substituir.

(1) - Cfr. dados a respeito: E. F. CALSING e o., Informações Gerais sobre a Pobreza das Famílias e dos Menores no Brasil, IPEA/IPLAN/CNRH, Brasília, março de 1987, min.

Pode-se afirmar que o conhecimento científico sobre as condições reais de transformação seria uma forma mais racional e segura de conduzir os processos, desde que seja possível tal conhecimento, na profundidade necessária, o que sempre e muito questionável. As transformações se dão também no campo das circunstâncias objetivas, por vezes mais fortes que as subjetivas, quando a tomada de consciência crítica científica pode ser apenas um epifenômeno, conseqüente e de pouca monta concreta. Seria ridículo imaginar que devêssemos parar o trem, porque o estudo ainda não terminou sua análise. No extremo, diríamos que as transformações sociais se fazem com ou sem ciência e nem está garantido que se houvesse ciência, esta seria favorável às mudanças em curso.

É perfeitamente pensável a elaboração de um conhecimento científico para embolar a consciência política dos desiguais, e talvez isto domine muito mais no campo metodológico, do que a construção de rotas da libertação social. Se a ciência está mais a serviço dos poderosos, do que dos desiguais, com que razão suporíamos que ela tenha alguma vocação-prévia à magnanimidade?"

Assim, parece possível afirmar que, no campo da educação, seus problemas principais não se resolvem por outras razões, que não a falta de conhecimento adequado. Universalizar a educação de 19 grau é certamente menos um problema de pesquisa, do que de decisão política. E mesmo se houvesse toda a pesquisa do mundo, ainda assim não decorreria que devesse ser tomada tal decisão, até 'porque não está garantido que a pesquisa desejasse tal decisão. Todavia, esta postura não precisa perambular por searas obscurantistas, no sentido de atacar a pesquisa como algo a priori inútil, diletante, perverso. Conhecer a realidade é uma tarefa importante em si, precisamente porque nunca a conhecemos de modo satisfatório e final. O lugar da pesquisa não se justifica apenas pela importância na tomada de decisão. Ainda que não fosse usada, teria sua relevância, extraída da necessidade humana de conhecer, movida geralmente pela necessidade de

dominar. Até pela simples razão de termos conhecimento disponível - sem uso imediato - poderíamos justificar a importância de pesquisar, sem falar que a pesquisa, concebida no quadro educativo, possui suas qualidades pedagógicas irrecusáveis, na formação do mestre, para além do mero discípulo.

Por outra, hipostasiar a pesquisa é o truque do pesquisador, que já faz dela seu meio de vida e o instrumento de ocupação de espaço de poder, desligado de qualquer compromisso com mudanças históricas. Quer dizer, compromissado com outras posturas políticas de estilo conservador. Tal problemática começa pela presença compacta da prática teórica, onde a prática propriamente dita é a fabricação da teoria. Esta gera entre outros, o produto típico da crítica radical sem prática coerente, como se coubesse a secular divisão de trabalho entre os que pensam, e os que executam, reservando-se o lugar de superioridade para os primeiros.

Na verdade, não há nada mais conservador que uma crítica radical sem prática coerente. Primeiro, porque assassina a credibilidade do crítico, já que não une o que diz, com o que faz. É farisaísmo consumado. Segundo, porque não muda nada, mas apesar disso pretende a áurea de progressiva e de vítima dos conservadores que não o escutam. Terceiro, porque transfere para o sistema que se pretenderia mudar, a capacidade de mostrar que é democrático, porque convive com os críticos e até os sustenta com remunerações privilegiadas, sem perceber que isto se faz, porque a crítica é vazia. Interessa muito ao sistema o crítico sem prática, pois além de não mudar nada, faz o papel de bobo da corte. Tudo pode ser dito, porque nada acontece.

Neste caso, a falta de relação esperada entre ciências sociais e intervenção na realidade é mais um problema do cientista, do que do tomador de decisão, porquanto, ao afastar-se do envolvimento prático, envolve-se com a manutenção da ordem vigente, na qual não transita como deserdado, mas como parte do

grupo dominante. E preciso, pois, desfazer a ligação pretensamente direta entre saber e mudar, porque a ligação mais concreta é entre saber e poder.

Muitas pesquisas possuem indiscutível qualidade formal, no sentido de serem científicas de acordo com os cânones vigentes. Podem ser metodologicamente acuradas e significar avanços na teoria, com grande originalidade. Mas podem também não possuir qualidade política, no sentido da intervenção histórica em favor de mudanças da realidade aos olhos dos desiguais. Qualidade política significa, neste caso, tomar a sério a relação *entre* saber e poder, reconhecendo que a tendência histórica normal é o saber a serviço do poder. Para se alcançar um saber que mude precisamente na direção contrária aos poderosos, o cientista necessita de postura política consciente, que coloque os objetivos da mudança acima das vantagens sociais. Conhecer a realidade social de maneira cientificamente correta, não quer dizer, nem de longe, necessariamente querer mudá-la em favor dos desiguais(1),.

No contexto desta qualidade política pode-se falar de seu contrário, que seria a pobreza política, entendida como a situação de objeto de manipulação por parte dos dominantes. Pelo fato de o pesquisador ser uma pessoa estudada, não quer dizer que seja um cidadão consciente, e que esta consciência se dirija a mudar em favor dos desiguais. Muitos pesquisadores reprimem a consciência política, seja a título de neutralidade científica, seja por pretensão desinteresse, seja pela compreensão defeituosa que confunde envolvimento político com deturpação da realidade. Procuram entender-se como seres apolíticos, como se isto não fosse "política".- Fogem de posicionar-se, como se isto não fosse "posição". Condenam o envolvimento, como se não estivessem envolvidos. Têm razão, certamente, em procurar não confundir ciência

(1) - Sobre a questão da qualidade política, cfr. P. DEMO, Avaliação Qualitativa (4 textos), a sair pela Ed. Cortez. Id., Ciências Sociais e Qualidade, Ed. ALMED, São Paulo, 1985. Id., Participação é Conquista - Noções de Política Social Participativa, Ed. Univ. Federal, Fortaleza, 1986.

com ideologia, porque não são a mesma coisa, ainda que sempre en-
trelaçadas. Mas a melhor maneira de controlar a ideologia não é
reprimi-la, mas assumi-la criticamente. Até porque a depuração
ideológica cabal é reles ideologia, que sequer sabe que é.

Outros pesquisadores têm consciência do envolvimen-
to, mas não o dirigem para mudanças desejadas, porque estas im-
plicariam mudanças em seus próprios privilégios. Nestes casos,
os expedientes mais utilizados são o refúgio na critica radical
sem pratica, na esperança de que o barulho critico faça esque-
cer a necessidade de pratica coerente, ou o refugio técnico, de-
clarando-se como seu problema o tratamento técnico da questão,
não sua solução. Em ambos os casos, resta sempre o efeito funda-
mental de controle social e de desmobilização, que é aquilo que
o poder mais busca no saber.

Já não se controla ou se desmobiliza a ferro e fogo,
na violência bruta, ainda que isto também possa existir. Opta-se
pelo controle social sibilino, subliminar, cientificamente formu-
lado e levado a termo, de tal sorte que o controlado sequer per-
ceba como controle. Precisamente como a política social assiten-
cialista e compensatória, que apenas recria as condições da misé-
ria, mas deixa no miserável a sensação de que esta sendo assisti-
do e de que o poder lhe quer bem. Assim como não se coloca um critico radi-
cal na cadeia. Isto seria valoriza-lo para além do que merece.
Da-se um bom salário. Com isto, diz o que o poder quer, e cien-
tificamente. Faz suas políticas sociais, que não resolvem, mas
aplaçam.

Isto significa que a qualidade formal não coincide
necessariamente com a qualidade política. As ciências sociais
são muito mais aptas a formular as condições científicas da
desmo bilização bem feita, do que as condições da mudança social
radical. São muito mais capazes de justificar por que não se
pode mudar, por que seria prematuro mudar, por que seria
arriscado mu dar, pois servem muito mais aos trâmites do poder,
do que às necessidades de mudança. Por outra, justificam com
muito maior vir tude o que seria mister mudar, para manter.

A esta altura, cabe a pergunta sobre quem é o pesquisador. Também aqui é fundamental desfazer a imagem de virgindade que angariou na prostituição de alto nível. Estamos habituados a contemplá-lo como alguém acometido de seriedade inabalável, indiscutivelmente bem intencionado, comprometido com o futuro da humanidade. As coisas andam mal, porque não é escutado. Voz que clama no deserto. Sacerdote da boa nova, cercado de fariseus que decidem a revelia (1).

Embora seja possível encontrar este sacerdote, porque é possível ser politicamente coerente, a tendência histórica vai em outra direção. O pesquisador, de partida, faz parte do grupo dominante, por mais que gostasse de fantasiar-se de proletário. Dentro do grupo dominante não ocupa lugar de grande destaque por que é uma elite pouco significativa diante do grande capital, e porque muitas vezes é até decadente, mas ainda assim é elite, já que saber é poder. O acesso à elite tem muitos caminhos, sendo o mais decisivo o caminho econômico. A universidade também é um caminho, por vezes muito enganoso, porque é possível nada aprender, mas é um expediente que coloca as pessoas acima da turba ignara, eleva ao trabalho intelectual e permite viver a sombra dos poderosos.

É um pequeno-burguês, na linguagem clássica, porque dono de pequenos meios de produção, como é o saber especializado. Sua consciência se pauta, assim, não pela identificação com as causas dos oprimidos - que geralmente ajuda a oprimir -, mas pela identificação com os privilegiados, que ajuda a justificar. O que dói no pequeno-burguês **e o fato de** não ser grande, e isto lhe marca a consciência muito mais do que veleidades científicas, traduzidas sob a forma prosaica do "intelectual orgânico", ou sob outras latinidades do clero ilustrado.

(1) - P.DEMO, *Intelectuais e Vivaldinos*, Ed. ALMED, S. Paulo, 1982.
E. PORTELLA, *O Intelectual e o Poder*, T. Brasileiro, 1983.
A. GRAMSCI, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Civil. Brasileira, 1978.

A identificação ligeira com a causa dos pobres é o truque do sabido, não só porque vende uma imagem à revelia das condições objetivas, mas também porque leva ao pobre a ilusão de solidariedade, que a história jamais saberia comprovar. Se é certo que em toda transformação social aparece o intelectual comprometido, porque ela não se faria sem o trabalho ideológico dele em maior ou menor proporção, é também certo que isto não é vocação intelectual pura e simplesmente, como se em cada um habitasse a esperança do martírio por uma causa nobre. O que habita com certeza é a esperança do privilégio, na lógica do poder. É por isso que o *saber* é importante e mesmo indispensável à montagem de um sistema sagaz de controle social e manutenção da ordem dominante.

Assim, não se pesquisa em primeiro lugar para mudar. Isto é mentira histórica, por mais que academicamente bem concebida. A direção mais típica é outra: pesquisa-se de acordo com as necessidades do poder. E mais: não é um problema apenas do poder, que faz uso interesseiro do saber. O problema já está no próprio saber, não porque se reduza a poder, mas porque se alimenta mais do desejo de dominar, do que de conhecer. É muito mais fácil o conluio entre saber e poder, do que a conjunção entre saber e mudar. E a conjunção entre saber e mudar fica mais fácil, se for questão de mudar, para manter.

O fervor com que as ciências sociais produzem instrumentos científicos de controle social não é comparável com a necessidade de mudança, e isto não só porque o poder assim exige, mas também porque interessa ao pesquisador, já que está mais facilmente do lado do poder, do que do lado da mudança. É preciso, pois, desfazer a imagem de vítima, que o pesquisador gosta de armar. Certamente, pode ser vítima. Mas é mais tipicamente compar-
sa.

Predomina entre os pesquisadores um discurso falso sobre mudanças sociais. Primeiro, porque a maioria supõe uma relação direta e mesmo necessária entre conhecer e mudar. Segundo, porque, ainda que conhecêssemos bem a realidade social, não decor-

re que o conhecimento seja para mudar. Terceiro, porque se es camoteia a posição mais típica do pesquisador, que não é de de- fensor das causas da pobreza, é importante perceber que mudan- ças sociais profundas implicam mudanças na situação dos privile- giados, algo que é muito interessante de proclamar, mas não de executar.

Talvez se pudesse aduzir o exemplo atual do dis- curso em torno da transformação em educação. Educadores trans- formadores é o que não parece faltar, ao nível do discurso. Na prática, é difícil vislumbrar o que se estaria de fato transfor- mando. Além de existir uma compreensão muito diluída de transformação, cujo conteúdo geralmente não iria além de simples re formas, não se tem noção precisa do que seria uma prática coerente de transformação, que implicaria riscos, coragem, envolvi-mento radical, coisas que normalmente estão muito longe dos intelectuais. O discurso sobre transformação é charmoso, até por-que pode ser bem formulado, por quem aprende isto na universida_ de com relativa sagacidade. Mas deixa-se de perceber que este tipo de educador é mais tipicamente adversário da mudança que pretensamente prega, do que seu adepto incontestado. Pode certamente existir o educador transformador, mas não na mera teoria, nem fora de prática transformadora, é de mínima coerência que educador transformador transforme alguma coisa. Isto não impli- ca imediatismo, como se transformação fosse um tiro à queima- roupa. Mas implica com certeza uma atitude que, mesmo a lon- guíssimo prazo, plante condições de transformação, não de manu- tenção velada da sempre mesma ordem vigente, na qual está por cima, não por baixo.

III. Condições e Limites da Tomada de Decisão

Na expectativa habitual, o problema relativo à re- sistência contra a mudança estaria quase que exclusivamente nas mãos do decisor, implacavelmente comprometido com o conservado-rismo. Há certamente boas razões para esta expectativa, dentro

da lógica do poder. Não há nada mais lógico dentro do poder, do que a tendência a conservá-lo. Embora o poder devesse ser visto como instrumento para a tomada de decisões de mudança, acaba tornando-se fim em si mesmo. Passa a ser muito mais importante mantê-lo, do que usá-lo como meio de transformação social, ou, procuram-se aquelas mudanças que viabilizam sua permanência.

O poder tende a estar mais atento aos riscos que corre com possíveis mudanças, do que aos compromissos com transformações julgadas desejáveis e mesmo imprescindíveis. Esta postura lógica dentro do contexto do poder explica, mais ou menos, que o parâmetro de comportamento do tomador de decisões seja tipicamente as vantagens que possa auferir, não as metas a serem atingidas. O saber é um instrumento importante, no sentido de trazer à cena expedientes fundamentais de consolidação da permanência no poder. Despreza-se ou coíbe-se o saber que possa ser crítico, contestador, ou promove-se somente aquele que bajula e que deturpa a realidade em favor da ordem vigente. Isto, porém, nem sempre é uma violência, porque não é tão difícil encontrar no campo do saber gente que compactue ardorosamente com os poderosos, na sua sombra ou na sua sobra.

Este pano de fundo nos parece fundamental, para não banalizarmos a visão da realidade social, transformando o réu em acusador. Mesmo assim, é mister reconhecer que nem sempre todo decisor é conservador. Por vezes a diferença entre pesquisador e decisor é meramente conjuntural, no sentido de que, de repente, um pesquisador muito crítico passa a decisor. Como decisor pode tentar executar aquilo que pregava como pesquisador, buscando transformações relevantes na realidade histórica.

É comum que a comunidade de pesquisadores tenda a ver nos decisores elementos de entrave a mudanças, mesmo que tais decisores sejam pesquisadores ou tenham sido antes. Tal desconfiança tem muitas razões históricas, seja porque há poucos motivos para se acreditar na ação do Estado, seja porque

se conta com a lógica do poder mais ou menos implacável, seja por que já se espera que o convívio com o poder acabe amainado os im-petos radicais que por ventura remaneceram no decisor.

Mas também é comum que o novo decisor descubra que decidir não é tão simples assim, o exercício do poder nunca é ilimitado. Estar numa situação de comando não quer dizer necessariamente poder comandar. Percebe-se, então, que o pesquisador tinha uma visão fantasiosa do processo de tomada de decisão, por que precisamente não sabe unir teoria com prática. Ao mesmo tempo, percebe que precisa tomar muitas decisões sem pesquisa, seja porque não há tempo hábil, seja porque a decisão parece evidente, seja porque faz parte de uma rotina burocrática repetitiva.

É voz corrente que na América Latina ocorreram grandes mudanças na escolarização básica, em termos quantitativos nas últimas décadas, caminhando-se para limites próximos da universalização do 1º Grau (1). Pode-se perguntar, até que ponto a pesquisa teria sido fator decisivo neste processo. Esta indagação não admite uma resposta adequada, porque não dispomos de elementos satisfatórios de controle de um processo tão extenso e complexo. O que podemos fazer é refletir tentativamente sobre o contexto em questão, que permite sugerir certamente que a pesquisa jamais foi o fator decisivo. O surgimento do reconhecimento do direito à educação básica não foi resultado de pesquisa, nem se realiza pela pesquisa. É antes resultado da conquista da cidadania organizada, ou seja, uma questão de prática, não de um acerto acadêmico.

A pesquisa pode entrar aí, de muitas maneiras, o que permite sua valorização correta. Pode sempre ser um instrumento de elucidação do processo, naquilo que tem de faces ocultas, de contradições pouco intelegíveis de modo imediato, de exigências novas que vão surgindo no tempo. Na formação do professor, no equipamento da escola, no acerto do material didático e dos livros escolares, e assim por diante, a pesquisa pode ajudar

(1) - G.W. RAMA (Coord.), Mudanças Educacionais na América Latina, Ed. UFC, Fortaleza, 1983.

de maneira decisiva. Pode-se mesmo dizer que sem certa acumulação de saber, tal processo seria uma aventura diletante. A pesquisa pode ajudar a decidir sobre a idade ideal para entrar e sair do 1º Grau, sobre a adequação da merenda, sobre o ritmo de aprendizagem.

Tudo isto é correto, mas não decide a universalização do 1º Grau, ate porque no Brasil se sabe isto de maneira mais ou menos satisfatória, e nem por isso se avança a contento na questão. Certamente sabemos muito mais, do que conseguimos resolver o problema. Seria certamente ridículo imaginarmos que nossa situação de grande precariedade na educação básica dependeria sobretudo da pesquisa, ou, exagerando ainda mais as coisas, que seria necessário pararmos o processo educacional para darmos tempo aos pesquisadores, com vistas a acumularmos um conhecimento que seria essencial para a solução do problema. O bom senso bastaria para nos sugerir que a questão principal não está aí, nem de longe. Ela está muito mais nas condições precárias de nossa cidadania popular, que ainda não consegue controlar adequadamente o Estado e seus pesquisadores e decisores. Até porque uma decisão acertada tem muito mais de bom senso, do que de ciência.

O pesquisador precisa entender que não é em primeiro lugar a pesquisa que leva a superar o clientelismo político de muitos decisores, o desplanejamento e a descoordenação das administrações públicas, a alta rotatividade na ocupação de cargos que viram périplos conjunturais, a ineficiência crônica dos serviços do Estado. As misérias da administração publica são por vezes o túmulo de bons decisores, que um dia foram pesquisadores e que acreditavam que bastava querer para poder mudar. Na lógica da burocracia, ela é feita para não funcionar. O decisor passa. Ela fica. O entusiasmo dos primeiros dias arrefece diante da barreira armada pela inércia, pelo cerco de controles e pela cumplicidade em possíveis mordomias. O decisor bem sucedido é aquele que fica bem com a máquina. Decide pouco, faz muitos amigos, aproveita o poder, e consegue sobreviver num posto novo, quando vem o término de uma gestão.

Estas considerações aparentemente pessimistas e sarcásticas apontam para um fato comum. Grande parte dos pesquisadores não tem idéia realista do que seja tomar decisões dentro da máquina estatal. Primeiro, sustenta-se a fantasia de que transformações sociais são obtidas na rotina da burocracia, sem perceber que não há a mínima adequação entre instrumento e objetivo a ser atingido. Um exemplo: num país que tem por volta de 30 milhões de analfabetos, parece claro que a superação de um problema como este exige numa política radical. Não faz sentido em alfabetizar por ano 500 mil adultos, pois este montante talvez seja inferior aos novos analfabetos que entram na fila por deficiência do 19 Grau. Diante da dimensão do problema, tal política seria apenas compensatória. Se assim é, é uma crítica fátua dizer que o Presidente da Fundação Educar não resolve o problema porque é conservador, não tem interesse, só quer mordomias etc. Porquanto, se o pesquisador crítico chegasse a ser Presidente desta Fundação, veria que, por mais que tomasse decisões corajosas, que colocassem até mesmo em risco o cargo, jamais resolveria o problema, porque o instrumento não é adequado ao objetivo. Num país pouco propenso a adotar políticas radicais de alfabetização, a alfabetização de adultos é uma guerra por definição perdida. Dentro da rotina, somente seria possível obter uma solução a muito longo prazo, se houver uma política consistente de universalização de 19 Grau.

Segundo, fatasia-se um espaço ilimitado de tomada de decisões, imaginando-se em ocupar um cargo é o mesmo que exercê-lo. A própria falta de qualidade política do pesquisador o leva a simplificar tais questões, no sentido de que seu encastelamento teórico o conduz a ver na prática um penduricalho conseqüente. Ora, decisões que acarretam mudanças estruturais não são simples veleidades. Elas exigem estratégia acurada, criam adversários ferrenhos, provocam riscos ponderáveis, e muitas vezes significam o fim do decisor. Precisamente em vista disso, o decisor tende a se acomodar no poder, decidindo apenas aquilo que convém à manutenção da situação. Um exemplo: é fato comum que muitos decisores fogem a decidir qualquer coisa. Optam por

deixar as coisas apodrecerem, na esperança de que se resolvam por si. Fazem-se muitas reuniões. Sobretudo, nomeiam-se muitas comissões, todas de "alto nível", para estudar o problema e encaminhar soluções. Com isto o tempo passa e por vezes até o problema passa. "Formar um processo" é freqüentemente a maneira esperta de "pré-arquivar" um problema, pois começa uma peregrinação infinita, de gabinete em gabinete, cheio de pareceres que sempre acabam pedindo um outro, "salvo melhor juízo". O interessado no processo se ilude com sua presença física e pode mesmo acompanhar as idas e vindas. No fundo, porém, funciona a lógica da não-decisão. Dificilmente se poderia conceber visão mais ingênua do processo de tomada de decisão, do que aquela que julga poder o decisor decidir tudo, bastando que se decida.

Nao vale - é claro - fazer do
decisor tipicamente

uma vítima, porque é mais fácil encontrar aquele que é centralista, verticalista, e que com isto atrapalha as mais simples decisões, impondo a tudo o ritual fátuo da corte do poder. O pesquisador se insurge - com toda a razão - contra este tipo de decisor, que despreza ou ignora o conhecimento científico, que se quer acima do julgamento da sociedade, que dispensa objetivos a serem atingidos, que manipula recursos financeiros faceiramente, que não entende o exercício do poder como serviço à comunidade. Por vezes trata-se de pessoas que antes eram iguais a qualquer pesquisador, mas que, uma vez alçados a uma posição de poder, mudam de consciência e já vêm tudo de cima para baixo. Só atendem com hora marcada, mandam dizer que não estão, exigem formalidades ocas e fazem questão de estabelecer uma distância protocolar, que supostamente lhes preservaria a autoridade. Pode acontecer com colegas que antes pareciam profundamente críticos, pretensamente aves-sos ao poder, discursivamente comprometidos com as camadas populares (1) .

(1) - J. BEN-DAVID, O Papel do Cientista na Sociedade, Pioneira, 1974, B. NIXON, Para que serve a Ciência, EDUSP, 1987, W.R. COULSON & CR. ROGERS, O Homem e a Ciência do Homem, Interlivros, 1973.

O enredamento na lógica do poder produz transformações inacreditáveis. Leva para a direita gente que jurávamos terem sido da esquerda mais autêntica. Sepulta críticas que se perdem na mais perfeita amnésia. Cria cuidados extremos em pessoas que antes pareciam dispostas a tudo, em qualquer momento. Inventa bajuladores exímios em pessoas que antes condenavam peremptoriamente a subserviência. Diz a ironia sociológica, que o revolucionário de hoje será o reacionário de amanhã, desde que chegue ao poder. Ver a realidade social como desigual, é uma coisa. Vê-la como privilegiado, é outra muito diferente. Poucos conversam a mesma consciência lá e cá.

De todos os modos, é mister reconhecer que a relação entre conhecer bem e decidir mudar não é nem direta, nem necessária. Talvez se possa até dizer que a maioria das decisões são tomadas na rotina burocrática, sem recurso a informação de cunho científico. Dificilmente se encontra um decisor que passe noites em claro, estudando cientificamente caminhos mais racionais para suas decisões. Normalmente lança mão de informações disponíveis, aquelas que estão mais próximas e é forte? a repetir a sistemática sabida das decisões anteriores, sobretudo por conta de não correr riscos desnecessários. Assim, a qualidade formal da pesquisa não é critério suficiente para ser levada em conta na tomada de decisão, por mais que seja lógico mostrar que é fundamental para uma decisão racional (1).

- (1) - Não se trata de proteger o decisor contra o pesquisador, invertendo-se pura e simplesmente a relação. Acentuamos o problema do lado do pesquisador, apenas porque o crítico ao decisor já é algo sabido e notório. Desmascarar o decisor é um trabalho esperado e quase óbvio. Mas não é ainda desmascarar o pesquisador. Hoje já existe até mesmo o acesso monopolizado a fontes de recursos por parte de certos grupos de pesquisadores, que, em nome da cientificidade, alijam os outros sem mais nem menos.

IV, Conhecer e Mudar

Tendo refletido sobre as dificuldades de unir adequadamente conhecer e mudar, é possível colocar a questão de modo mais aprofundado, dando-se ênfase ao papel do pesquisador. No entanto, antes de entrar no assunto, é fundamental recolocar alguns "curtos-circuitos" nesta matéria, tais como:

1. É um simplismo propor que o critério de utilidade prática seja fatal para a pesquisa, porquanto a boa teoria nunca é secundária. Deve-se insistir nos dois lados (teoria e prática), mantendo-se a propriedade de cada um, o que permite também reconhecer momentos de maior especificidade de um ou de outro. Há pesquisas que são inúteis, do ponto de vista prático imediato, mas nem por isso menos essenciais ao progresso científico, como investigações de teor metodológico. Por outra, submeter toda pesquisa ao único critério de utilidade, seria reduzi-la a um consumo funcional, com graves prejuízos de sua qualidade formal. O fato de que a maioria da pesquisa feita não tenha utilidade para as políticas, não significa que se deva responder a um erro com o erro oposto.

2. Mas existe o simplismo do outro lado, no sentido de se pretender considerar a pesquisa como algo intocável, como veredito cabal de tudo e de todos. É muito comum esta atitude, que casa perfeitamente com a empáfia do cientista que se julga dono do saber e por isso na posição intocável de juiz da sociedade e da política. Exige-se inteira liberdade da ação, reivindicar-se acesso irrestrito a recursos sem qualquer obrigação de contrapartida, rejeita-se qualquer proposta de ser julgado pelos pares ou pelos financiadores. Reduz-se o decisor a mero contribuinte financeiro, esperando que acate sem restrição os resultados da pesquisa. Mesmo podendo-se defender a pesquisa como atividade por si, porque o conhecimento é objetivo importante por ele mesmo, na prática a pesquisa é atividade instrumental, e para nosso contexto, vale o quanto muda.

3. É também uma visão torta supor que o decisor pode de tudo, por definição tem má vontade, que é sempre suspeito, dentro de uma visão monolítica do Estado. Parece correto afirmar que a tendência histórica típica do Estado é de armar cientificamente o controle social e a tática da desmobilização em favor de sua manutenção indefinida, mas isto não impede de ver situações frequentes de abertura concreta para políticas renovadoras, mesmo que não ultrapassem reformas. Mas, de reforma em reforma, pode-se plantar importantes transformações. A visão obtusa do decisor e do Estado torna-se ainda menos verossímil, quando os ocupantes de cargos são colegas pesquisadores, apenas conjunturalmente noutra posição.

4. Não se trata, por outra, de propor que se acabe com o Estado, com o decisor, e também com a pesquisa, porque todas estas figuras, por maiores defeitos que possam ter, são necessárias na sociedade moderna. A questão é outra, ou seja: a qualidade do Estado, do decisor, da pesquisa, o que nos remete ao tema da qualidade política. Assim, não se trata de agredir a pesquisa pura e simplesmente, porque de modo geral é inútil, perniciosa e irrelevante, mas de discutir condições de sua qualidade política, para além da formal. O mesmo vale para o decisor.

Na verdade, as mudanças ocorridas no setor educacional, para ficarmos neste exemplo, foram notáveis, no plano quantitativo, mas são o resultado conseqüente da dinâmica econômica, mais do que decorrência de "grandes decisores", ou decorrência de capacidade científica marcante. Talvez se esconda nesta problemática uma visão ligeira do que seja transformação, a medida que se imagina obtê-la por meio de simples decisões ou de boas pesquisas.

Sem recair na ortodoxia marxista, que é excessivamente monocausal, é possível reconhecer que os avanços em educação são mais a resultante de impactos econômicos, que envolvem inevitavelmente todas as regiões do país, trazendo em sua esteira inúmeros efeitos, inclusive a necessidade de educação. Esta força é certamente mais decisiva também que a determinação constitucional,

já que em muitos casos o direito à educação é negado sem problemas, seja através de escolas precárias, seja através do não atendimento da matrícula total em idade escolar, seja através do pagamento irrisório dos professores, etc. Se decisão bastasse, não teríamos como explicar que o direito é reconhecido há muito tempo, mas ainda vivemos num país com forte presença de analfabetos, com um 19 Grau ainda muito seletivo, com professores mal preparados e mal pagos.

Assim, transformação social depende também de atores políticos decididos, mas não se pode deixar de lado a importância das condições objetivas materiais, o que explica, por exemplo, que lugares mais ricos normalmente tenham melhor sistema de ensino e melhores universidades, é algo deplorável, do ponto de vista da garantia de direitos sociais básicos, que a educação a-vance na cauda do progresso econômico, porque isto significa entender direito à mercê das condições econômicas da pessoa. Se o direito é incondicional, deveria estar fora do mercado. Neste sentido, é correto colocar a questão da necessidade de decisão, tendo em vista a premência e a urgência deste direito (1).

Entretanto, tamanha transformação não ocorre na rotina das decisões burocráticas vigentes e muito menos como resultado de pesquisa pura e simplesmente. As condições reais de mudança são outras, mais profundas, mais estruturais, mais determinadas. Certamente é possível resolver o problema da universalização da educação básica, porque há recursos, há conhecimento, há exemplos positivos. Não é por falta disso que o processo se emperra. A causa maior está em outra esfera, que é a questão da pobreza política da população, desapeelhada, através de uma história secular de manipulação, de exercer seus direitos sociais básicos. O que universaliza a educação básica é menos a atribuição

- (1) - Sem pretender polenizar com o marxismo ortodoxo, não cremos que tudo em última instância seja determinado pelo econômico. A premência imediata que a necessidade material exerce não significa que seja a mais importante, até porque afirmar, por exemplo, que a necessidade de afeto, de comunicação humana, de vida simbólica é menos importante ou determinada em última instância pelo econômico, é uma visão comparatimentada e simploriamente monocausal. A questão do poder não é menor, nem maior que a econômica.

teórica deste dever ao Estado, do que a capacidade de organização política da sociedade civil, que controla o Estado e determina a qualidade dos seus serviços públicos.

Sem este fenômeno de cidadania básica - que é tão infra-estrutural, quanto a dinâmica econômica - a pesquisa grita em vão, até porque faria parte da mesma pobreza política. Neste sentido, vale colocar a importância de elaborar na teoria e na prática uma estratégia política específica, que busque a mudança considerada necessária. Significa dizer que a pesquisa muda, se assumir uma estratégia política de mudança, e isto lhe fizer parte integrante. Ou seja, se tiver suficiente qualidade política.

E preciso reconhecer que os pesquisadores estão despreparados para tal tarefa, até mesmo porque a formação acadêmica lhes incute o dever da qualidade formal, muitas vezes entendido como adversário da qualidade política. No entanto, a assepsia política do pesquisador é sua pior política. "Politizar" a pesquisa não quer dizer exterminar sua qualidade formal. Muito ao contrário. Primeiro, politizar não coincide com praticar a politicagem, no sentido da rele manipulação ideológica. Controlar a ideologia continua ideal científico como sempre, apenas não pelo escamoteamento, mas pela coragem de assumir abertamente, dentro do critério de que somente é científico o que é discutível. A discutibilidade irrestrita das ideologias é a salvaguarda mais confiável para uma ciência que as controla, e ao mesmo tempo as pode defender, desde que criticamente.

Certamente, montar uma estratégia política significa defender ideologias, como seria, por exemplo, a defasagem do ensino público, ou a municipalização do ensino, ou a universalização do pré-escolar. Sendo a ideologia parte integrante das ciências sociais, não há como fugir dela. Apenas não pode ser confundida com o objetivo básico científico, que é conhecer, descobrir, sistematizar a realidade social, com vistas a mudar ou manter. Esta questão não pode ser banalizada, porque o relacionamento entre conhecimento e ideologia é complexo, arriscado e sempre temerário. Mas normal. Do negócio em si.

Não é assim também que se deva colocar uma disjuntiva entre conhecimento e estratégia política, como se um desses se ser mais relevante que a outra. A estratégia política não poderia tornar subserviente o conhecimento, e vice-versa, até porque no fundo temos o mesmo problema na mão, se é verdade que entre saber e poder existe relação mais profunda do que se imagina corriqueiramente. Evitar a deturpação ideológica excessiva é projeto científico fundamental, mas isto não coíbe a montagem de uma estratégia política, até porque sua negação é uma péssima estratégia. É que somos seres políticos inevitavelmente, mesmo quando imaginamos estar fazendo a pesquisa mais pura.

Assim, reclamar que a pesquisa não é levada em conta pelo decisor, pode ter sua razão de ser, mas pode também revelar falta de estratégia, que significa no fundo o pacto da não-decisão. É pelo menos ingênuo pensar que o mundo se move apenas por idéias, com teorias, com levantamentos. E isto recoloca a questão da qualidade política do pesquisador, no sentido de se indagar se de fato quer mudança, e qual. Falta competência política, onde muitas vezes abunda a competência técnica formal.

Neste contexto, são relevantes as metodologias alternativas, envolvidas com a ligação necessária entre teoria e prática. Como sempre, há incríveis banalizações, desde os ativismos baratos e fanáticos, até a despreocupação irresponsável com passos metodológicos, a título de uma dialética que é tudo e nada. Mas possuem um mérito fundamental, que é o de calcar a ligação vital entre conhecer e mudar, dentro de uma estratégia política de ação. Ou seja, mostram que o pesquisador não é um papel social mais fundante, do que o papel de cidadão, na qualidade de ator consciente na sociedade histórica. A transformação social provém muito mais facilmente da cidadania organizada, do que da pesquisa formalmente correta. Assim, falta muito mais cidadania, do que pesquisa, ainda que esta contraposição seja mais artificial que real (1).

- (1) - P. FEYERABEND, *Contra o Método*, Fr. Alves, 1977. D.L. PHILLIPS, *Abandoning Method*, Jossey-Bass Publishers, 1973, **F. CAPRA**, *O Ponto de Mutação - A ciência, a sociedade e a cultura emergente*, Cultrix, 1986. P. Demo, *Ciências Sociais e Qualidade*, Ed. ALMED, S. Paulo, 1985.

As metodologias alternativas, que aqui nos dizem respeito, perseguem não somente a correção formal dos produtos ditos científicos, mas igualmente sua propriedade histórica, como produto social que muda ou mantém a ordem vigente. No fundo, admite-se que estudar a pobreza, sem preocupar-se com sua solução, é viver dela. A pesquisa que se basta a si mesma é tendencialmente uma atividade de elite, que pode deleitar-se com desempenhos intelectuais, enquanto a maioria trabalha para sustentar tais privilégios. Assim como os decisores tendem a formar um grupo de prepotentes privilegiados, os pesquisadores tendem a se distanciar de compromissos práticos, até porque estes implicariam revisões teóricas incômodas.

A junção mais adequada entre conhecimento e decisão pode ser favorecida através de expedientes de democratização do saber, através dos quais se colocam resultados de pesquisa à disposição de camadas populares, sem nivelar por baixo. Ciência tão científica, que o povo entenda. É quase proverbial que os pesquisadores pesquisam para si mesmos, dentro de uma linguagem somente dominada por eles. Talvez se pudesse dizer que a pesquisa é um dos monólogos mais solipsistas que a sociedade conhece. E parece haver uma correlação entre a maior inutilidade prática da pesquisa e a maior sofisticação da linguagem.

Tal junção pode ser facilitada pela formação mais adequada do pesquisador, desde que saiba ultrapassar o horizonte da qualidade formal e penetrar na qualidade política. Não que a primeira seja secundária. Ambas são de igual importância. Pelo menos é relevante entender que a realidade é maior que o método e que não é correto considerar real apenas o que cabe ao método. Ora, cabe no método formal apenas a parte formalizável da realidade, extirpando-se a outra, que chamamos aqui de política.

Tem importância ainda a organização do pesquisador, tanto como exercício de sua cidadania, como para chegar a estratégias políticas efetivas. Toda sociedade possui projeto político, mesmo aquela que parece não o ter. Se assim é, cabe colocar

ao pesquisador a pergunta sobre seu projeto político. Que tipo de sociedade defende? A cidadania organizada ainda é a base mais viável para se alcançarem transformações sociais no horizonte político. Ademais, é muito difícil acreditar que um pesquisador em tenda de mudança, se não for um ator consciente dela.

Neste sentido, a competência técnica é algo indispensável, mas pode também ser a toca onde se esconde, para fugir de compromissos políticos, que - por esperteza - taxa se anti-científicos. Nisto se funda muitas vezes a crise de instituições dotadas de grande competência técnica, mas tolhidas de qualidade política, porque a distância entre conhecer e mudar vai se tornando cada vez maior. O sentimento de inutilidade se alastra e os recursos diminuem na mesma proporção.

Por fim, é conveniente lembrar que a valorizaçãoda pesquisa depende também da existência de uma política científica, com prioridades claras. A mendicância do pesquisador se nutre muitas vezes desta situação, condenado a migalhas. É fundamental entender que a pesquisa faz parte do processo de formação educativa, no sentido de ser caminho principal da descoberta criativa, do diálogo com a realidade, da crítica fundada. Mas isto releva exatamente sua característica essencial de ato político, na medida que realiza uma das necessidades humanas fundamentais (1).

V. CONCLUSÃO

De tudo o que dissemos, é fácil ver que não há solução simples para o problema de combinar criativamente a pesquisa com a tomada de decisão. É mister construir um caminho, nas veredas tortas da sociedade e da formação acadêmica.

- d) - S. SCHWARTZMAN, Ciência, Universidade e Ideologia - A política do conhecimento, Zahar, 1981.

Mas terá ficado claro que, se o problema é atingir transformações sociais tidas por relevantes, o lastro da cidadania pesa mais que a competência técnico-científica. Este é também o problema central do decisor, pois, mesmo sendo muito capaz em termos técnicos e tendo espaço realista de influência, resta saber que tipo de mudança quer implantar. Voltamos à qualidade política. Se esta existir, parece claro que o decisor saberá valorizar a pesquisa, em nome da necessidade de decidir com acerto, respeito e determinação.

No entanto, valorizar a pesquisa significa muitas coisas: não supervalorizar o conhecimento, como se estivesse acima do bem e do mal; não transformá-lo em autodefesa, na direção de privilégios para um grupo que imagina deter o monopólio do saber pensar; democratizá-lo como patrimônio da sociedade e para que sirva a mudanças sociais relevantes; defendê-lo como necessidade social essencial, dentro da qualidade formal também. Trata-se, pois, de uma defesa crítica, que jamais confundiria pesquisa com mudança, nem colocaria o problema apenas nas mãos do decisor. Porquanto o signo das ciências sociais não é resolver problemas sociais, mas servir ao poder. Neste quadro, a pesquisa é muito mais decisiva para manter, do que para mudar, ou mudar para manter.

A pesquisa que de fato quer mudar precisa se incluir no horizonte de uma estratégia política, onde a competência política não é menos relevante que a competência técnica. A qualidade política da pesquisa passa pela qualidade política do pesquisador, ou seja, pela sua cidadania. E isto vale também para o decisor, que em muitos casos é o próprio pesquisador.

No fundo, lateja uma compreensão muito banalizada de transformação social, como se fosse decorrência ligeira de meras formulações teóricas. As transformações que buscamos pedem muito mais que simples conhecimento competente, mesmo que, para serem bem feitas, o conhecimento seja parte central. Mas a ligação não é nem direta, nem necessária. Somente será direta e

necessária, se tiver a devida qualidade política, para além da qualidade formal.

Em muitos casos é fantasiosa também a visão do decisor, pintando-o como vilão maior do que é de fato, ou supondo um raio infinito de ação, totalmente irreal. Embora na maioria dos casos decida à revelia ou contra a pesquisa - e esta queixa é muito correta -, o mal não está somente aqui, mas também no próprio pesquisador, cuja vocação histórica está mais para manter, do que para mudar.